
DISCURSO DO DIRECTOR DO IDN
NA CERIMÓNIA SOLENE DE ABERTURA DO CURSO
DE DEFESA NACIONAL DE 1990

Pelágio Manuel de Abreu Castelo Branco

DISCURSO DO DIRECTOR DO IDN
NA CERIMÓNIA SOLENE DE ABERTURA DO CURSO
DE DEFESA NACIONAL DE 1990

Senhoras e Senhores:

A cerimónia em que participamos não difere das onze anteriores realizadas neste auditório.

Confundir-se-á, até, no conjunto de tantas outras que o lançamento do ano lectivo prodigaliza.

Mas ela encerra, no entanto, uma mensagem de natureza ímpar no País, qual é a do tema subjacente: a defesa da Nação, como tarefa que respeita a todos os portugueses e resulta da vontade em se afirmarem livres nas decisões colectivas, consequência de quererem manter-se soberanos dos destinos de um património, cuja utilidade, sempre ofertada aos semelhantes, foi e é sobejamente reconhecida.

Noutros países, o assunto desperta um interesse e é objecto de um carinho progressivamente acrescidos. Proliferam, por todo o lado, as instituições especializadas, a nível privado e oficial, complementando os conteúdos transmitidos pelos sistemas educativos nacionais. Mas nem por isso Portugal lhes fica excessivamente atrás no processo formativo dos cidadãos sobre a matéria, pese embora a reduzida expressão numérica dos «foruns» dedicados ao assunto.

Disso é caso exemplar o CDN processado neste Instituto, tendo em conta a representatividade dos seus auditores em termos não só do espectro dilatado das actividades que exercem, mas ainda, e principalmente, da participação e frequência privilegiada dos civis.

Resulta elucidativa a correcção da nossa postura conceptual sobre defesa, em que o papel das armas não é mais que um seguro, de recurso não desejado e sempre cometido a uma última instância, que se espera não aconteça.

Foi esta a orientação que norteou, até ao presente, a preparação facultada nesta casa a algumas centenas de auditores. Deste total, um terço

são militares ou membros das Forças de Segurança. A extensão do IDN ao Porto, onde funciona há três anos, representa seis dezenas de auditores, geograficamente oriundos da zona norte além-Mondego.

A todos une um denominador comum, escolhidos que têm sido por critérios de responsabilidades funcionais contributivas do progresso da Nação e satisfação das legítimas aspirações do seu povo.

Por tudo isto e perante o quadro de tantas e tão surpreendentes transformações vivenciais a que estamos diariamente assistindo, permitam-me que foque a atenção sobre o que advém para o Instituto, no respeitante aos objectivos que persegue e às pessoas a quem o Curso se destina.

É missão nobre destas hierarquias superiores, militares ou civis, promover o desenvolvimento dos Portugueses.

Competir-lhes-á, nesse sentido, como chefes e dirigentes, clarificar os caminhos a seguir e as soluções alternativas, em equação analítica dos eventos e dos factos quotidianos.

Darão assim, aos concidadãos, as guias tendentes à salvaguarda dos valores, à defesa dos interesses e à consecução dos objectivos nacionais.

Para tanto, são pessoas responsáveis que terão de afirmar-se intérpretes esclarecidos, convictos e convincentes, das realidades circundantes, no modo e no tempo apropriados.

De outra forma, o acontecimento do imprevisto, sempre possível, mas se não previamente acautelado, gerará nos cidadãos um descrédito inevitável. O que, amiúde, se traduz em apatia ou indiferença, até mesmo em desequilíbrios emocionais ou visões pessimistas, socialmente perturbadoras.

Em resumo, caberá aos níveis superiores eliminar, o mais possível, os estádios de ignorância do colectivo, educando-se eles próprios para o fazer. E somente a aprendizagem, sólida e consistente, de uma evolução constantemente modificada, conseguirá prevenir em relação a quadros de instabilidade, pouco pensados por improváveis, ultrapassando a acomodação fácil ao que se imagina mais seguro ou garantido.

Para educar e desenvolver os dirigidos é forçoso vislumbrar e resolver a imprevisão, aprofundando as raízes do real.

Por outras palavras, importa conhecer o sentido do passado e saber relacionar os seus pontos de encontro.

É inegável que o estudo da fenomenologia histórica do homem e das sociedades, bem como da articulação dos aspectos salientes, ajudam a

antecipar o pouco claro e contribuem para esbater o desgaste de um desconhecido angustiante.

Vivemos hoje, infelizmente, numa época de aparente superficialidade, menos atentos a estas questões.

Habituímo-nos a um cenário que resultou da Segunda Guerra Mundial, como se a História tivesse aí o seu começo.

Pouco parece interessar uma identificação consciente dos elementos que originaram o conflito, mas o tempo reproduz, com eloquência, um «já visto» de matrizes semelhantes.

É bem certo que a análise dos antecedentes representa sempre um passo decisivo no estudo das soluções para os problemas, na tomada de decisões ajustadas a novas situações, na condução das missões e dos destinos dos povos e do mundo.

Daí o imperativo da nossa permanente e nunca concluída preparação, alicerçada em conhecimento do passado que nos permita avaliar melhor o presente e nos faculte, em simultâneo, os indícios e as insinuações dos possíveis cenários do futuro.

Concomitantemente, a ciência prática, de experiência feita, haverá de ser complementada por um suporte intelectual, profundo e amadurecido, que nos proporcione a aptidão do autêntico generalista.

Hoje, como ontem, sob a óptica do primado da inteligência e da estrutura do saber, os alvos e as bases são os mesmos: as pessoas capazes de melhorar, de fortalecer e de tornar coeso o conjunto dos recursos nacionais. Tarefa que haverá de realizar-se pela palavra e pelas ideias, antes das armas.

As bases não nos faltam, em lição viva de oito séculos e meio de história, apoiando a criatividade e o intelecto. Estes são os alvos de promoção preferencial, libertos, agora como nunca, de quaisquer «ghetos» ou «goulags».

Significa isto, tão simplesmente, que urge aproveitar a massa cinzenta disponível, adequando-a ao circunstancialismo dos factos e dos fenómenos; que importa formá-la e informá-la, se desejarmos dispor de «software» que assegure o equilíbrio nacional nos espaços alargados da nossa integração universal.

Senhoras e Senhores auditores:

A Instituição que vos acolhe empenha-se em tornar os Portugueses sensíveis aos valores, aos interesses e aos objectivos nacionais.

Com o Curso que agora começa formalmente, intenta-se, mais ainda, aperfeiçoar a vossa capacidade de síntese e de generalização, em particular no que se refere à envolvente do nosso país real e ao seu posicionamento extra-fronteiras.

É tradição lembrar, neste início, que o Curso funciona, como aliás toda a acção do Instituto, num clima de liberdade plena da expressão e do pensamento académicos.

Quer isto dizer que se procura incentivar, com base em informação actual, o estudo de múltiplas situações e das soluções que melhor se lhes adaptem.

Algumas delas situar-se-ão, eventualmente, fora do nosso concreto visível. Sendo susceptíveis de acontecer e podendo, mesmo contra vontade, arrastar-nos por simpatia, não deverão, por esse facto, ficar abandonadas ao acaso.

O Curso contribui, deste modo, para prever e evitar o desequilíbrio da surpresa, adequando a mente ao imprevisto.

Mas aquela liberdade significa, em paralelo, uma flexibilidade curricular conforme a um diálogo franco e a uma abertura total a entendimentos os mais diversos. Diálogo e abertura que se demonstram veículo de eleição para atingir as respostas válidas aos casos em análise.

Estas serão, obviamente, as respostas da vossa criatividade, vivamente encorajadas como opção única a um discurso impositivo reiteradamente recusado.

A época é de mudança e nela teremos de participar activamente.

Sucedem-se às mensagens de temor, em ritmo tão célere quanto imaginado, vozes cativantes e apaziguadoras.

O regozijo é patente e geral, é compreensível e salutar.

Não obstante, a imperfeição humana aconselha que se mantenham as guardas mínimas e suficientes para assegurar a subsistência e a identidade nacionais, num quadro idealista de ecumenismo global, distante ainda da sua plenitude.

Daí ser imprudente a eliminação, historicamente reclamada e hoje repetida, de alianças e compromissos positivamente testados do anterior.

Além do mais, são sistemas comprovadamente dinamizadores de progresso, nascido do espírito criador que caracteriza os génios capazes de enriquecer e dar grandeza às sociedades, através dos meios disponíveis.

Por estas razões se desenvolvem, nesta casa, oportunidades de reflexão centradas no que somos, onde estamos e no futuro que desejamos construir.

É um trabalho que exclui, à partida, todo o tipo de submissão e obediência a receitas e a condicionamentos do raciocínio à imagem do que outros, talvez por mais significativos, pensem das dependências que comandam a cena internacional.

Fazêmo-lo porque é imperioso, cada vez mais, entendermos e divulgarmos a visão portuguesa do mundo que nos cerca.

Esta será a perspectiva que julgamos mais consentânea com a preservação dos nossos interesses, nos esquemas integrados e nos arcópagos onde nos fazemos representar.

Neste Instituto da Defesa Nacional pugna-se por falar em português, pensando como portugueses, ajudando a definir e a trilhar os caminhos da Nação.

Pelágio Manuel de Abreu Castelo Branco

General da Força Aérea
Director do IDN